

Lenços, Luto e Luta: o papel atribuído a mulheres participantes de manifestações da década de 1980 na Folha De S.Paulo¹

Camila SIMÕES²

Lyssa MIRANDA³

Rafael Grohmann⁴

Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar o papel atribuído pelo jornal Folha de S. Paulo às mulheres militantes que participaram de uma manifestação contra a visita do ditador argentino, Jorge Videla, a São Paulo, em 1980. Elas exigiam esclarecimentos sobre o paradeiro de 13 brasileiros desaparecidos na Argentina, além de marcharem em solidariedade às mães de desaparecidos argentinos, que constituíam o movimento As Mães da Praça de Maio. A Folha de S. Paulo, dentre outros veículos, foi responsável pela perpetuação de discursos que circulavam na sociedade da época, como a ideia de família e de maternidade ligada ao papel da mulher, diminuindo assim, a importância dos questionamentos e da resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Militância; Ditadura; Jornalismo; Feminismo.

1. Introdução:

1980 foi um dos anos finais da Ditadura Militar no Brasil. A repressão já não era tão intensa quanto na época do AI-5 (em vigor por 10 anos, de 1968 a 1978), havendo um pouco mais de liberdade para se dizer o que quisesse ser dito e para se manifestar. Em relação às mulheres, a discussão sobre o seu papel na sociedade já era mais comum, porém elas não eram “vistas” nas lutas contra o Regime Militar. Há poucos registros sobre a participação delas, já que quando se fala em militância na ditadura, a maioria dos nomes lembrados são masculinos, como por exemplo o militante Marighella, ou até mesmo o jornalista Vladimir Herzog. O reconhecimento da participação das mulheres nos movimentos contra a ditadura é recente.

A partir disso, o objetivo do presente artigo é analisar a forma como o jornal A Folha de S. Paulo trata os movimentos organizados por mulheres na época da Ditadura Militar por meio da análise de quatro matérias veiculadas em 1980: uma sobre a manifestação organizada por brasileiras durante uma visita do presidente argentino Jorge Videla; outra sobre o desaparecimento de uma argentina em Madri que menciona a organização de mulheres argentinas (As Mães da Praça de Maio); terceira sobre o fim da visita, e a quarta, sobre uma

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do quinto semestre de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero. E-mail: camisimoess@gmail.com

³ Estudante do quinto semestre de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero. E-mail: lyssa.miranda15@gmail.com

⁴ Orientador do Trabalho. Professor do Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. E-mail: rafael-ng@uol.com.br

manifestação de duas mil pessoas contra Videla no Largo São Francisco, em São Paulo. Então, será verificado qual o papel atribuído à essas mulheres “militantes” pelo periódico em questão.

2. Contexto histórico

Além do Brasil, outros países da América Latina estavam sob ditaduras militares. Uma das mais violentas foi a da Argentina, com mais de 30 mil mortos e desaparecidos. Com lenços na cabeça, para se identificarem durante os atos públicos, se reuniam e até hoje se reúnem, na Praça de Maio, em Buenos Aires, mulheres com cartazes exigindo notícias de seus filhos e parentes desaparecidos durante a Ditadura Militar na Argentina (1976-1983). Hoje, as Mães da Praça de Maio ainda permanecem não só pela busca do paradeiro dos argentinos desaparecidos, mas também por uma busca pela verdade e por justiça para com as próprias famílias, além de fazer questão de lembrar os argentinos da violência da época. Esse movimento de mulheres argentinas perdurou mais que alguns dos movimentos femininos que surgiram no Brasil. Elio Gaspari escreveu:

O Brasil diferenciara-se das demais ditaduras do Cone Sul. As arquidioceses de São Paulo e do Rio de Janeiro haviam se tornado abrigo para centenas de fugitivos da Argentina, do Uruguai e do Chile. Em apenas dois anos, na mais sanguinária das ditaduras latino-americanas, o governo do general argentino Jorge Rafael Videla transformara o desaparecimento de pessoas num instrumento de terror. (GASPARI, 2016, p.36)

Segundo Marques e Zattoni (2014), a Argentina vivenciou intensa repressão e violência durante os anos de seu regime militar. Os militantes brasileiros também contaram com o apoio da Igreja. No entanto, as mulheres ainda eram personagens coadjuvantes. A Igreja condenava a participação feminina e os ideais feministas, estes últimos que só começaram a ser identificados assim a partir dos anos 70.

Nesta mesma década, a perseguição era intensa e as publicações ainda eram censuradas. Existem poucos registros históricos sobre as mulheres, inclusive das organizações criadas na época. A censura imposta aos meios de comunicação durante as ditaduras ditava o que seria impresso. Nada era publicado sem a autorização dos agentes da censura que fiscalizavam os jornais, revistas, programas de TV e de rádio, e etc.

Qualquer menção ao regime com tom de crítica ou deboche era vetada, assim como a forma como as pessoas deveriam ser tratadas era controlada. Os militantes eram vândalos e contra a ordem e paz públicas, e os militares, aqueles que faziam o possível para mantê-las. Ou seja, mais uma função para a mídia, justificar ações muitas vezes injustificáveis, e justificar, até mesmo, o próprio Regime Militar em nome das melhorias que este traria ao Brasil. Um exemplo

foi o uso, na mídia, de dados sobre a inflação, para mostrar a ascensão econômica do país na época, chamado de “Milagre Econômico”. Fernando Henrique Cardoso (1971, p. 87) diz que “[...] o golpe de 64 acabou por ter consequências ‘revolucionárias’, no plano econômico”; até hoje é possível vermos esse argumento dentre os discursos daqueles que defendem o Regime Militar. Diz-se que a censura passou por três fases: a primeira mais branda (1964-1968); depois de 1968, com o AI-5, até 1975, período de intenso controle sobre a mídia; e por fim, uma censura mais leve de 1975 a 1985.

3. Mulheres militantes na Ditadura

Cinco anos antes, em 1975, as mulheres já haviam ganhado um pouco mais de voz e destaque para suas questões na esfera pública. A ONU declarou 1975 como o ano Internacional das Mulheres, com o lema “igualdade, desenvolvimento e paz”. No entanto, como o Brasil e muitos outros países viviam sob regimes militares, os efeitos desse marco foram pouco sentidos. Para Duarte (2007, p.2), “As guerras e as ditaduras impõem agressões às esferas pública e privada [...]”, assim mesmo com a campanha da ONU, não há como instaurar tais lemas em uma sociedade na situação descrita acima.

Segundo Ana Mariana Marques e Andreia Marcia Zattoni (2014, p.64), as mulheres tinham pequeno destaque na participação até mesmo dentro das organizações militantes. Em seu artigo, Tega (2011, p. 2) comenta os dados que foram divulgados no projeto *Brasil: Nunca Mais*, de Marcelo Ridenti. Essa pesquisa nos mostra como se configuraram as organizações militantes; “[...] do total de processados, apenas 16% eram mulheres. [...] Considerando apenas as organizações armadas, verifica-se que 18% dos participantes processados eram mulheres [...]”.

Ainda de acordo com Marques e Zattoni (2014, p. 63), “O domínio masculino acontecia dentro dos partidos, também de esquerda. [...] muitos companheiros de movimento ainda discriminavam a sua presença, não lhes delegando, por exemplo, o mesmo *status* de liderança [...]”. Surgiram também, algumas organizações criadas por mulheres, como o Centro da Mulher Brasileira (8 de setembro de 1975), que segundo Marques e Zattoni (2014, p. 61), “[...] tinha um objetivo definido: refletir sobre a condição da mulher na sociedade.”. Elas visavam debater o seu papel como mães, esposas, filhas, profissionais entre outros aspectos que faziam parte de suas realidades, afinal, as condições delas haviam mudado desde o início do Regime Militar. As condições e possibilidades que eram apresentadas a elas, já não condiziam mais com as novas ideias que surgiam no Brasil e no mundo, assim discutir seus papéis se tornou importante.

Para Marques e Zattoni (2014), os movimentos femininos no Brasil não eram bem vistos. Havia grande resistência ao feminismo e até um movimento anti-feminista, inclusive por parte das mulheres. “E a matéria prossegue com a ridicularização de assuntos sobre sexualidade, com insinuações de promiscuidade [...]”, escrevem Marques e Zattoni (2014, p.69) ao analisarem uma matéria da Revista Veja de junho de 1975⁵. Um discurso antifeminista prevalecia na sociedade, talvez pelo preconceito para com as ideias que defendiam. Muitas mulheres apresentavam atitudes feministas, mas negavam a associação com o movimento. Assim, a matéria da Folha, além de afastar as manifestantes do estereótipo de mulher militante, e conseqüentemente, do movimento feministas, reforçava noções sobre o papel social considerado adequado às mulheres.

Nascimento, Trindade e Santos (2007, p. 360), afirmam que a participação feminina nas organizações de militância política e armada, nos anos 1960 e 1970, é um indicador das “rupturas iniciais” nos padrões de hierarquia de gênero. As ações femininas contestavam as “relações de poder tanto no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher, quanto em todos os âmbitos da sociedade, articulando as relações de gênero à estrutura de classes”. Dominar essas rupturas não se deve à participação minoritária ou inédita das mulheres, mas principalmente pela indicação de uma participação assimétrica: elas raramente ocupavam lugar de comando nas organizações.

A presença das mulheres na ditadura militar brasileira, por exemplo, para Ridenti (1990, p. 114), marca um rompimento com o “estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa e dona de casa, que vive em função do mundo masculino.”. Segundo Teles (2014, p. 9-18), as mulheres que organizaram os coletivos femininas nos movimentos revolucionários dessa conjuntura, eram brancas, de classe média e, em sua maioria, donas de casa, esposas de militares e de empresários. Porém, aquelas que formavam a massa feminina eram pobres, empregadas domésticas, moradoras de periferias. Por não se tratar de um movimento unificado, a direita não teve grandes dificuldades de infiltrar mulheres na tentativa de “destruir as ações comunistas”. As mulheres participavam tanto no movimento contra a ditadura, quanto a favor. Existiam alguns grupos femininos como a União Cívica Feminina (UCF).

Em pesquisa realizada com 8 mulheres engajadas na época da Ditadura Militar Brasileira, Nascimento, Trindade e Amâncio (2007, p. 27) dividiram elas em dois grupos: “1- quatro mulheres que iniciaram a militância a partir de 1964 [...] e 2- quatro que iniciaram em

⁵ *Veja*, n.355, junho de 1975

1972[...]”. Ao entrarem na questão da maternidade, as autoras descobriram que “[...] para as mulheres do grupo dois, esse fator foi o principal motivo para abandono da militância política.”. Ou seja, a ideia de família e maternidade foi fator decisivo para a interrupção de sua participação na política, como se fosse estabelecido que ambos não poderiam caminhar juntos.

Nascimento, Trindade e Amâncio (2007, p. 27) ainda comentam que “É interessante destacar que, no geral, as mulheres relatam terem sido mães tradicionais, seguindo o modelo de maternidade de suas mães.”, assim, mesmo com um pequeno enfrentamento do estereótipo e da ligação entre mulher e família, estes dois últimos foram os que prevaleceram para essas mulheres e muitas outras, tanto no período em questão, quanto nos anos subsequentes à ditadura.

4. Folha e a Ditadura

Em geral, a grande mídia apoiou o golpe militar, inclusive o jornal Folha de S. Paulo, segundo Kushnir (2004, p.221). Apesar disso, sofreu as consequências da censura da mesma maneira. Alguns impressos foram fechados. No final de 2014, foi entregue à então presidente Dilma Rousseff o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Segundo ele, a família Frias, dona do império midiático da Folha de S. Paulo, não só deu apoio ideológico ao golpe militar, mas também apoio financeiro aos golpistas, inclusive cedendo suas caminhonetes (que originalmente eram usadas para a distribuição dos jornais) para a ação repressiva. Isso é encontrado na página 320, quando o texto aponta os grupos empresariais que colaboraram com a “Operação Bandeirantes. “Constatou a presença ativa do Grupo Folha no apoio à Oban (Operação Bandeirante), seja no apoio editorial explícito no noticiário do jornal Folha da Tarde, seja no uso de caminhonetes da Folha para o cerco e a captura de opositores do regime”.

Segundo o ex-delegado Cláudio Guerra, em depoimento à Comissão da Verdade em 2013, o jornal A Folha de S. Paulo apoiou a “Chacina da Lapa”, que em 1976 metralhou “líderes comunistas”, além de financiar torturas a presos políticos. Ele afirmou que os militares ganhavam bônus por meio da irmandade (apoiadores da ditadura que detinham os recursos) e eles vinham de bancos e jornais como o Estado de São Paulo e a Folha de S. Paulo. O ex-delegado ainda afirmou que Otávio Frias, então dono do jornal, visitava o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e era amigo pessoal do delegado Sérgio Paranhos Fleury, acusado de torturas e assassinatos.

Em seu site, a Folha criou um especial online sobre a Ditadura, apresentando uma coletânea de textos e conteúdo multimídia. Segundo Allysson Martins (2017, p.17), “Em todo o especial, a única menção que existe ao apoio do Grupo Folha à ditadura militar está em um

dos artigos opinativos [...]”. Ou seja, ela evita entrar nesta delicada questão da mídia e da sua grande influência sobre a população, e procura abordar apenas a história desses anos de poderio militar.

A Folha, evitou comentar seu apoio ao golpe, não apenas no especial online, como também ainda hoje nega tal auxílio ao regime. Em um livro publicado por sua editora, o “Folha - explica Folha” (Pinto, 2012), a história do jornal é contada e a ditadura aparece de forma rápida e com pouca importância, com uma tentativa de explicação por parte da Folha. A autora, Ana Estela Pinto (2012), que é funcionária do grupo, escreveu o trecho “A posição da Folha foi oscilante ao abordar o governo de João Goulart (1961-64) e a ditadura que o sucedeu”. A publicação gerou diversas críticas na internet, pela falta de comprometimento em assumir o apoio à ditadura.

5. Análise das matérias

A análise sobre o papel atribuído às mulheres manifestantes em 1980, pelo jornal A Folha de S. Paulo, será feita através de notícias veiculadas nos dias 23 e 24 de agosto no periódico, relacionadas à visita do presidente argentino, Jorge Videla. A principal reportagem a ser discutida é a do dia 23 de agosto sobre uma manifestação de mulheres brasileiras que buscam saber sobre seus filhos desaparecidos na Argentina; a identificação do discurso e das ideias atribuídas à figura das mulheres na sociedade nesta última, será auxiliada pela comparação com mais outros três textos, um sobre mulheres militantes argentinas, o outro sobre o fim da visita de Videla e uma manifestação contra o presidente argentino, em Porto Alegre, e o último sobre uma manifestação no Largo São Francisco contra Videla, veiculadas na mesma época, e pela relação do conteúdo e linguagem presentes nas mesmas às ideias de Foucault de discurso e poder.

O movimento de mulheres, em São Paulo, no ano de 1980, contra o ditador Videla, se encontra no seguinte contexto: Em agosto de 1980, o Presidente da Argentina, Jorge Rafael Videla, veio ao Brasil, e visitou diversos estados brasileiros. A convite do Presidente brasileiro, General João Baptista Figueiredo (governou de 1979 a 1985), ele visitou, por exemplo, Porto Alegre, para reinaugurar a Praça Argentina. No dia 23 de agosto de 1980, visitou São Paulo, depositou “flores no monumento do Ipiranga e do Libertador San Martin”, depois, “encontrou-se, à noite, com o governador Maluf no Palácio dos Bandeirantes.” como diz a notícia a ser analisada.

Porém, antes dessa visita, 13 brasileiros haviam sido declarados como desaparecidos na Argentina, e nenhuma notícia ou pronunciamentos haviam sido divulgados aos parentes que

residiam aqui no Brasil. A tensão com as missões diplomáticas argentinas instaladas no Brasil já era grande, pois nem estas divulgaram qualquer informação a respeito. Logo na primeira página desta edição da Folha, antes da notícia da manifestação, temos a manchete “Argentina diz que fala de desaparecidos”. Neste início temos a informação de um pronunciamento do Embaixador da Argentina no Brasil, dizendo que a Argentina não demoraria a se pronunciar e a responder a “qualquer documento encaminhado à embaixada”, caso eles possuíssem algum dado sobre os casos. Assim, logo em seguida expõe-se o assunto da manifestação, e o jornalista nos revela a demora e a longa espera das “mães”. Esta é uma introdução que nos leva até a sexta página da edição para ler o texto na íntegra.

O título da notícia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo⁶ sobre a manifestação era: “De luto, Mulheres clamam pelos filhos”, e a serenidade com que o jornalista descreve a manifestação garante um ar de banalidade ao movimento. “A maioria não está acostumada a manifestações públicas, mas aos gabinetes do Ministério das Relações Exteriores, onde comparecem com frequência para obter notícias dos desaparecidos.”. Neste trecho da notícia, podemos notar que a mulher é associada a uma figura branda, “doce” e “indefesa”, que geralmente não participa deste tipo de movimento e permanece em casa, ocupada com as tarefas da mesma e com a criação dos filhos. Luta de outras maneiras. É como se elas não pertencessem a este ambiente e uma passeata não fosse uma medida adequada a elas e ao papel que devem desempenhar.

Além disso, o movimento foi de tal forma, que é como se as buscas por parentes das vítimas só agora se tornassem importantes. A manifestação deu voz à causa que antes recebia pouca atenção. Antes ela era silenciosa e comedida; as mães esperavam por respostas e as informações demoravam muito a chegar, nada mais era feito. Com esse trecho, temos a impressão de que a indignação e o desespero eram tão grandes, que foram capazes de tirar essas mulheres de seu lugar de “pertencimento” (casas e escritórios pacatos), segundo o pensamento daquele tempo, para levá-las às ruas, como uma medida drástica e decisiva que foi organizada pelo grupo participante. Essas noções vigoram como verdades até que algo as questiona, depois as desconstrói e sob estas últimas, constrói novas noções que podem ser mais ou menos vantajosas.

Para Foucault (2014, p. 54), essa “verdade”, “[...] está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem.”; assim, são as instituições que têm poder na sociedade que criam, por meio de justificativas

⁶ A *Folha de S. Paulo*, Nacional-Exterior, n. 18.770, agosto de 1980. Ano 59.

científicas consideradas irrefutáveis, essas verdades que são reproduzidas e que reforçam estes “sistemas de poder”. O filósofo ainda reforça que “o problema político essencial para o intelectual [...] não é mudar a ‘consciência’ das pessoas [...], mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.” (FOUCAULT, 2014, p.54). A ideia de família associada diretamente ao papel da mulher dentro da sociedade, apesar de questionado várias vezes, até antes de 1980, como em 1975, continuava a ser reforçado por “sistemas de poder” que não estavam sendo dissolvidos. Isso, se refletia nos discursos.

Ao falar da teoria de Foucault, Luís Mauro Sá Martino (2017, p.147) explica: “O poder está ligado à produção de discursos que o mantenham como categorias de pensamento usadas pelas pessoas sem que elas percebam”; a ideia de mulher como mãe, como aquela que para ser respeitada deve formar uma família, criar os filhos e permanecer pacata estava intrínseca ao discurso, quase imperceptível, e talvez o fosse assim para os leitores da época. Este pensamento presente no discurso em questão fora criado muito antes da instalação da ditadura militar no Brasil, no entanto, ele permanecia pela sua reprodução em outros discursos, estes últimos, que contribuem para a formação do conhecimento e do que era considerado normal na época.

O que o jornalista da Folha escreveu sobre a manifestação é apenas mais uma demonstração da reprodução de ideias dentro do âmbito social. Ainda segundo Foucault (2014, p. 52): “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; [...]”. As mulheres, estariam “acostumadas” ao pacato, retomando a frase da notícia: “A maioria não está acostumada a manifestações públicas [...];, esta seria a normalidade para elas, e não a saída às ruas em busca da verdade. Além disso, elas mesmas reproduzem a ideia de família ligada à figura delas; como mães, elas que se manifestaram. Haviam homens na manifestação também, mas o enfoque, a princípio, foi dado às mulheres. Uma hipótese que não pode ser deixada de lado, é também a associação das brasileiras com as Mães da Praça de Maio, na Argentina; contudo, ainda assim, há um discurso do jornal baseado em verdades estabelecidas pelo poder exercido por aparelhos tanto políticos, quanto econômicos.

As dinâmicas do funcionamento do poder podem ser identificadas nos discursos e textos produzidos, no entanto elas não são visíveis, é como se fossem naturais, intrínsecas no senso comum e na sociedade. Há pouco tempo começou-se a questionar o papel atribuído às mulheres; para uma sociedade patriarcal da época o discurso discutido não levantaria a menor suspeita das ideias que passa, como era normal para a sociedade que as mulheres fossem pacatas e não participassem de ações, tratá-las dessa maneira e atribuir à elas essa função da maternidade, naquele tempo, não causou nenhum desconforto em quase nenhum âmbito social, apenas entre

as feministas deve ter gerado descontentamento, afinal, elas por questionarem o poder que ditava tais regras, seria mais fácil a percepção do mesmo entre os discursos da mídia e da própria população brasileira. Foi necessário um questionamento das instituições, que aplicam e alimentam esse poder, para que esses resquícios do mesmo fossem percebidos não só nos conteúdos midiáticos, como também em outros lugares na sociedade não só brasileira, como também na argentina.

Martino (2017, p.149) também aconselha a não pensar o poder como fixo e exercido apenas por poucos, e sim como algo fluído e que “circula na sociedade”. A ideia de família ligada à mulher não é apenas ditada por uma instituição ou um conjunto específico delas, e sim está presente em toda sociedade, em diversos discursos estabelecidos por vários tipos de aplicação do poder, este último, diluído nas relações entre os indivíduos, entre eles e as instituições, enfim “[...] o poder está diluído nas relações sociais [...]”, segundo Martino (2017, p. 149) ao falar de Foucault. Nada escapa ao exercício do poder e do sistema de verdades que predominam nos discursos. Todos acabam por ser atingidos e, por vezes, acabam reproduzindo-os.

A partir do questionamento do discurso, é que se começa a desafiar tal poder. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Zeide Araújo Trindade e Lígia Amâncio (2007) comentam e mencionam Ridenti:

É mais prudente admitir que no momento de participação dessas mulheres na militância política contra o regime militar se deu o início de um rompimento com ‘o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino’ (RIDENTI, 1990, p. 214 apud NASCIMENTO, TRINDADE e AMANCIO, 2007, p.25)

Foi preciso tomar consciência desse poder para que a ideia de família e mulher pacata fossem questionados e colocados risco, e assim, elas se organizaram para participar de movimentos. Na notícia, o movimento é como uma medida extrema para essas mulheres que buscam seus parentes.

A passeata que levava faixas com escritas bastante impactantes, como uma menina de 5 anos que, segundo o jornalista, carregava um cartaz dizendo “Onde estão as crianças desaparecidas da Argentina?”. Este trecho foi descrito de maneira, apesar de surpresa, como silencioso e fúnebre. Lia-se, “O cortejo caminhava muito lentamente e no trajeto entre o Teatro Municipal e o Largo de São Francisco foi engrossado por algumas centenas de pessoas que logo congestionaram as calçadas do Viaduto do Chá e da Rua Líbero Badaró.”, ou seja, mesmo com a percepção de certa grandeza da manifestação, as participantes não são reconhecidas como mulheres que decidiram questionar o lugar delas na esfera pública e agir de maneira não usual

para obtenção de seus objetivos. A ação foi vista como um ato de desespero, como se não houvessem mais opções a não ser sair às ruas, e não como tomada de iniciativa para uma ação, como uma primeira escolha, que poderia se apresentar mais efetiva na busca pela verdade do paradeiro dos 13 brasileiros desaparecidos durante a ditadura na Argentina.

É como se o questionamento do estereótipo e do sistema de verdades vigente, mesmo que por um momento, fosse validado, porém, com restrições. Um dos personagens extraídos para destaque nesta manifestação foi Edgar Oliveira Faria, um homem que buscava seu filho desaparecido. Vemos aqui que, como se trata de dois homens, ambos foram descritos com dignidade; o filho como injustiçado e inocente, mas não como mais um desaparecido devido à violenta ditadura argentina. Com o subtítulo “Desalento”, Edgar fora tratado no texto como uma celebridade que “teve que parar diversas vezes, durante o curto trajeto, interrompido por conhecidos e repórteres que queriam saber sobre o seu filho”. Qual a razão para escolher Edgar como o personagem principal desta manifestação que foi protagonizada por mulheres? Isso acaba por tirar o foco delas e de todo seu questionamento.

Só há duas personagens femininas. O texto fala da desaparecida Maria Regina Marcondes Pinto, sequestrada em Buenos Aires, e “Sua mãe, dona Idete Marcondes Pinto[...]”, que buscou por sua filha inúmeras vezes. A única fala de Idete transcrita na notícia é um comentário seu sobre o que ouviu das autoridades militares, que sua filha “foi presa e deportada para o Brasil”. Comparando as duas histórias, a versão de Idete é como se fosse apenas mais uma dentre as outras quinhentas mulheres que marcharam naquele dia, já a de Edgar é aprofundada e dá-se maior importância a ela. Outro ponto é a denominação de Idete como mãe e “dona”, este último, um termo ainda usado como sinal de respeito a mulheres mais velhas e geralmente, já mães.

No dia seguinte, no entanto, o discurso do jornal apresentava um teor mais irônico em relação às mães da Praça de Maio. Na edição do dia 24 de agosto de 1980⁷, uma expressão chama atenção em meio aos artigos e notícias: “Locas de La Plaza de Maio”. Com o título “Não foi descoberta, ainda, a identidade da argentina morta”, o texto do jornalista Mauro Santayana, enviado de Madri, começa com a seguinte frase crítica à Argentina e ao regime militar na mesma, mas ainda assim com tom irônico: “Quem é a argentina morta em Madri, e identificada, rapidamente, pela embaixada de seu país, como sendo uma das “Locas de La Plaza de Maio”, Noemi Esther Giannotti de Molino?”. Aqui, podemos ver o desrespeito com o movimento das argentinas em Buenos Aires por parte de sua própria Embaixada, no entanto, mesmo sem

⁷ *Folha de S. Paulo*, Primeiro caderno, n. 18.771, agosto de 1980. Ano 59.

intenção é também um discurso que traz tal verdade à tona, mas que não apresenta nenhuma tentativa de questioná-la, já que o resto da notícia se preocupa em tratar do desaparecimento e dos esquemas das ditaduras para que crimes de assassinato não fossem atribuídos às mesmas.

Um artigo, porém, veiculado na página anterior desta mesma edição do dia 24, contém uma crítica mais ferrenha mesmo que ainda pouco perceptível na época. “Videla encerra visita”, é assim o título da notícia que em seu penúltimo parágrafo, após descrever detalhes da visita do presidente argentino, menciona uma manifestação de estudantes em uma praça, em Porto Alegre, na qual “[...] foi colocada uma placa alusiva à visita de Videla, porém, os estudantes prometeram colocar uma outra, com a denominação “Plaza las Locas de mayo”, em homenagem às mães dos presos argentinos desaparecidos.”. É possível identificar certo reconhecimento aos movimentos, aos aspectos que envolvem a coragem destas mulheres para saírem às ruas em busca de repostas, no entanto, é difícil dizer se à esta crítica está atrelado o reconhecimento do poder presente na esfera pública, ou sequer uma vontade consciente de alterá-lo.

No entanto, o termo ainda é forte e os discursos apresentados não contém real intenção de questionamento. As mulheres ainda são tratadas como aquelas que deveriam permanecer no lar e não se envolver com este tipo de luta, que as tira do que o sistema de verdades da época considerava o lugar e o papel delas. O poder, segundo os estudos de Foucault, é questionado, não se sabe se intencionalmente ou não⁸, pela atitude de manifestar-se das brasileiras e argentinas. Mesmo com o início de uma crítica nos discursos, estes últimos são ainda a principal ferramenta de perpetuação da associação da ideia de família e maternidade às mulheres dentro da esfera pública de características patriarcais, sexistas e misóginas.

O final da primeira notícia nos informa que “Na Praça do Patriarca, as manifestantes foram saudadas por uma chuva de papel picado, mas não houve aplausos.”, novamente há certa percepção da importância do ato, no entanto, ele não é descrito com tanto entusiasmo quanto a manifestação mista contra Videla, com ação e força: “Sob os gritos de Fora Videla e ‘Um, dois, três, quatro mil, queremos que o Videla deixe o Brasil’, duas mil pessoas realizaram um ato público no Largo São Francisco”. Outra diferença clara, também, é a denominação desta última como um “ato público”. A ação das mulheres, para a Folha, foi um “cortejo”.

6. Considerações finais

⁸ Não levantaremos hipóteses sobre as motivações que levaram essas mulheres a protestarem ou sobre a intenção proposital ou não de questionamento do papel atribuído a elas. Consideramos apenas possíveis consequências de tal atitude perante as regras de comportamento julgadas como adequadas a elas na sociedade.

Os anos da Ditadura Militar no Brasil tiveram suas especificidades. Mudou-se a intensidade da repressão, os militares governantes, aqueles que lutavam contra o regime, e muitos outros, em sua duração. Algo, porém, se manteve o mesmo: a luta silenciosa das mulheres durante esse período. Mães, esposas, namoradas, companheiras, chorosas, preocupadas, acostumadas a uma luta pacata e calada. Enquanto aos homens cabia a ação e o discurso e a voz, as mulheres deveriam se contentar com os bastidores, a preparação, o cuidado.

A violência foi aplicada contra mulheres e homens que resistiram em defesa de ideias de democracia e liberdade no período da Ditadura Militar Brasileira. As mulheres romperam barreiras em diversos espaços com características patriarcais e tiveram que enfrentar os próprios grupos de esquerda que não acreditaram na capacidade feminina de lutar, resistir e decidir os rumos políticos e sociais da resistência. A presença feminina e feminista foi essencial na luta contra o regime militar e na constante quebra de paradigmas, que continuam até os dias atuais, no entanto demorou-se muito para que isso fosse percebido. Na época, o uso dos termos “putas comunistas” foi muito usado para designar aquelas que eram militantes tanto na luta armada, quanto na não armada.

Sobre os movimentos femininos na América Latina, Duarte (2007, p. 9) diz: “É certo que elas fizeram política sem, muitas vezes, inovarem ou questionarem comportamentos femininos tradicionais, até exacerbando-os, como forma de serem ouvidas e conseguirem legitimidade.”; houve um questionamento do sistema de poder vigente, mas o discurso da Folha de S.Paulo contribuiu para manter a associação da ideia de família à figura da mulher. O periódico tratou o movimento delas como um cortejo, uma ação última e desesperada frente à crítica situação vivida por elas. Elas foram descritas apenas como mães, e não como pessoas que, além de serem mães, fizeram parte de um ato em busca de algo muito maior, que rompeu, mesmo que de forma pequena, estereótipos e premissas do que deveria ser o tipo correto de comportamento social das mulheres.

A essas mulheres da manifestação do dia 23 de agosto de 1980, a Folha atribuiu apenas seus papéis de mãe, as outras funções que têm ou poderiam ter dentro da sociedade brasileira não foram levados em conta, e a descrição limitada de seu ato foi uma maneira de perpetuar a ideia de família à mulher. Já o desrespeito por parte dos membros do governo argentino, e por parcela desta população, para com o movimento das Mães da Praça de Maio é explícito, no entanto, a tentativa de crítica dos manifestantes em Porto Alegre e da imprensa brasileira não se apresentou muito efetiva, nem sabemos ao menos, se esta foi percebida pelos leitores desta edição da Folha de S. Paulo. Como questionar algo presente no sistema de verdades e poderes presente na sociedade argentina, se este mesmo discurso circula pela sociedade brasileira?

De maneira geral, os movimentos conduzidos e comandados por mulheres na época não ganharam muita visibilidade, e apenas atualmente vêm ganhando em destaque. Inclusive a esquerda considerava a militância como uma parte da esfera pública pertencente exclusivamente aos homens, como já dito, as mulheres nem chegaram a atingir posições de liderança dentro dos grupos que lutavam contra a Ditadura Militar no Brasil. Assim, essa manifestação de mulheres brasileiras foi algo que quebrou com esta lógica circulante na concepção de ideias da sociedade brasileira, mesmo que o discurso da Folha de S. Paulo não a tenha colocado desta maneira.

A censura dos impressos e da televisão contribuiu também para a seleção dos discursos que estiveram presentes na esfera pública da época. Mesmo com uma regulação mais branda da imprensa em 1980, a dissolução do poder e do sistema de verdades foi lento e com falhas, assim como toda tentativa de mudança dos mesmos. A mídia divulgava que a mulher deveria se dedicar à família, aos filhos e ao marido, além de dever ser pacata e conformada. Isso era aceito mesmo entre as mulheres. Porém, de forma consciente ou não, essas brasileiras e argentinas, que perderam seus filhos nos regimes militares desses países, contribuíram para o questionamento do estereótipo descrito acima, mesmo com a veiculação na imprensa desse poder que não considerava tal tomada de atitude, uma característica pertencente à esfera feminina.

Em 1985, a Ditadura Militar Brasileira foi considerada terminada, após uma abertura lenta, gradual e segura da política, da economia e também em relação a aspectos sociais, realizada pelo último governo. Hoje, pela força dos movimentos feministas, que na década de 1980 não tinham espaço dentro da sociedade brasileira, histórias de várias mulheres e movimentos, que se consideravam feministas ou não, estão vindo à tona. Muitos coletivos buscam trazer esses exemplos para o conhecimento do público e para exemplificar o quanto a busca por direitos e oportunidades iguais não é algo recente. No entanto, ainda hoje temos acesso à discursos que vão contra esses ideais, e cujo poder é significativo entre as relações sociais.

Referências Bibliográficas

ABREU, A.A. Quando eles eram jovens revolucionários. In: VIANA, Hermano (org). **Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais** (p.181-195). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. **XXIV Simpósio Nacional de História**; 2007.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. Disponível em <<https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-ditadura.html>>. Acessado em 24/03/2018.

FOLHA DE S. PAULO, Nacional-Exterior, n. 18.770, agosto de 1980. Ano 59. Acesso pelo Acervo Folha de S.Paulo.

FOLHA DE S. PAULO, Primeiro caderno, n. 18.771, agosto de 1980. Ano 59. Acesso pelo Acervo Folha de S.Paulo.

KUSHNIR, beatriz. **Cães de Guarda-** Jornalistas e Censores: do Ai-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Bomtempo, 2004.

MARQUES, Ana Maria e ZATTONI, Andreia Marcia. Feminismo e Resistência: 1975 - O centro da mulher brasileira e a Revista Veja. v. 19, n.º2, 2014.

MARTINS, Allysson Viana. Guerras de Memórias Multimídias nos 50 anos do Golpe Militar. **Anais XXVI Encontro Anual da Compós**; 2017.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação**. 5ª edição, São Paulo: Editora Vozes, 2017.

NASCIMENTO, Ingrid F. G.; TRINDADE, Zeidi Araújo e AMÂNCIO, Lígia. Mulheres Brasileiras e a militância política durante a ditadura militar brasileira. **Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Cidadania e Políticas**; 2007.

NASCIMENTO, Ingrid F.G.; TRINDADE, Zeidi Araújo e SANTOS, Maria Fátima de Souza. Mulheres brasileiras e a militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. V. 41, n.º3. Porto Alegre: **Interam**, 2007.

PINTO, Ana Estela. **Folha Explica Folha**. 1ª edição, São Paulo: Publifolha, 2012.

Portal G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/consulte-integra-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade.html>>. Acessado em 11/06/2018.

Pragmatismo Político. Disponível em <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/04/comissao-da-verdade-folha-ditadura-militar.html>>. Acessado em 11/06/2018.

REVISTA VEJA, Ed.355, junho de 1975.

RIDENTI, M.S. As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. **Tempo Social**, 2(2), 113-128. São Paulo: UNESP, 1990.

SARTI, C.A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, 12(2), 35-50.

TEGA, Danielle. Reflexões sobre o feminismo brasileiro: paradoxos e elaboração da experiência. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**; 2011.

TELES, M.A. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar (p. 9-18). V. 2, n.º2. Bauru: **RIDH**, 2014.